

ATA DA 152ª (CENTÉSIMA QUINQUAGESIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV - REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Leonardo Cavalcanti, Bruno Costa Novo, Renízio Ferreira, Claudinei Soares, Andreza de Souza Silva e o membro representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sr. Marcos de Souza.

1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS - Abril/2019.

a) Rentabilidade FPREV Executivo. Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade dos recursos em maio/19 foi de 1,4930%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação de 11,1624%, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 0,6174% e 10,9379%. De forma que, no mês atual a rentabilidade do FPREV Executivo foi superior em 0,8702% no mês, no acumulado anual está superior em 0,2024%. Considerando o acumulado a partir de 2005, a Amazonprev supera a meta atuarial em 9,4792% para esses recursos.

b) Rentabilidade FPREV ALE. Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 1,9447%, e em 12 (doze) meses de 11,8296%. Dessa forma, o resultado atuarial registra os seguintes percentuais: no mês 1,3192% acima da meta, e 0,8038% superior a meta nos últimos 12 (doze) meses. Considerando o período a partir de 2012, o ganho sobre a meta acumula variação de 2,6191%.

c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ. Em maio/2019, registra-se uma rentabilidade dos recursos em 0,9408% no mês, e 3,0700% no ano, ficando superior em maio/19 em 0,3214% e no ano inferior em 1,5854%. Conforme registro do Sr. Leonardo, os recursos do MPE estão em produtos com estratégia conservadora, e carece de manifestação dos representantes desse órgão, e que deverão participar do Comitê de Investimentos da Amazonprev. Por ora, os recursos devem ser mantidos nos fundos atuais. Por fim, considerando os resultados Consolidados da AMAZONPREV FPREV, O Comitê registra que as aplicações têm rendimentos em 2019 que já superam a meta atuarial acumulada em 2019, conforme dados validados pelo atuário.

2. Registro do CENÁRIO. O mês maio revelou-se bastante negativo no âmbito dos mercados globais, após meses de ambiente satisfatório. A

aversão ao risco mostrou importante avanço ao longo do mês, refletindo o aumento das tensões comerciais dos EUA com a China – que resultou em uma nova rodada de aumento de tarifas de importações – e com o México. Além disso, no campo da política monetária, a reunião do FED frustrou investidores que esperavam sinais de corte dos juros no curto prazo. Na Europa, o aparente aumento da fragmentação política – ilustrado pelo avanço dos partidos populistas no Parlamento Europeu – também colaborou para a maior aversão. Pelo lado da atividade, a agenda dos principais países desenvolvidos foi neutra, não colaborando para contrabalançar o ambiente de risco. Nesse cenário, a maior parte das bolsas encerraram o mês com fortes perdas e o Dólar valorizou-se globalmente. Nos EUA, a agenda de dados econômicos foi mista. As vendas ao varejo de abril cederam 0,2%, enquanto que o núcleo permaneceu estável. Já a produção industrial recuou 0,5%. Por seu turno, a 2ª prévia do PIB do 1º tri/19 foi revista de +3,2% para +3,1%. Por outro lado, os dados do setor imobiliário vieram em sua maioria positivos, enquanto as confianças avançaram no mês. Pelo lado do emprego, o Payroll de abril revelou criação de 263 mil vagas no mercado de trabalho, acompanhada de queda do desemprego para 3,6% (o menor nível desde 1969) e salários em alta de 3,2% no acumulado em 12 meses. Por fim, após meses de enfraquecimento, a inflação ao consumidor medida pelo PCE avançou 0,25% no seu núcleo, alcançando 1,56% na variação anual. Na Zona do Euro, agenda foi levemente negativa, aumentando as preocupações com a dinâmica da atividade da região. Se por um lado a 2ª leitura do PIB do 1º tri/19 ficou inalterada, a produção industrial de março (-0,3%) continuou em campo negativo, as vendas ao varejo ficaram estáveis em março, as pesquisas de atividade recuaram e as confianças avançaram na margem. Entre os emergentes, na China os dados de atividade de abril ficaram aquém do esperado. O maior destaque ficou com a produção industrial, que subiu 5,4% em abril, patamar bem abaixo do estimado pelo mercado. Já o PMI da manufatura voltou a ficar abaixo de 50, indicando retração do setor em maio. No âmbito dos BC's, o FED manteve os juros entre 2,25% e 2,50% e o discurso que enfatiza “paciência” na condução da política monetária. Mais relevante, o presidente do BC americano, Jerome Powell, afirmou na entrevista que a baixa inflação se deve a fatores transitórios, e que não há indicações fortes para alterações nos fed funds. Na Europa, a Ata do BCE revelou que os dirigentes estão divididos em relação às condições das novas linhas de refinanciamento direcionadas para os bancos (TLTRO-III), previstas para iniciar em setembro. No ambiente doméstico, mais uma vez os dados mostraram fraqueza da atividade. O principal dado, o PIB do 1º tri/19, caiu 0,2% na série com ajuste sazonal e 0,9% frente ao 1º tri/18. No mercado de trabalho, foram gerados cerca de 129 mil novos postos de trabalho no Caged de abril. Pelo lado das confianças, a

maior parte delas apresentou recuo em maio. No campo da inflação, o IPCA-15 de maio desacelerou de 0,72% para 0,35%, subindo no acumulado em doze meses para 4,93%. No setor externo, o déficit em transações correntes de abril foi de US\$62 milhões, US\$13,7 bilhões (0,7% do PIB) no acumulado em doze meses. Por fim, após um comunicado considerado dovish (flexível), a Ata do BCB reconheceu a fraqueza da economia nesse início de ano, ao mesmo tempo em que o balanço de riscos seguiu equilibrado, sugerindo que a estabilidade da taxa Selic no curto prazo segue sendo o cenário mais provável. **ECONOMIA BRASILEIRA – ATIVIDADE** - O comércio varejista avançou 0,3% em março na série com ajuste sazonal, variação inferior a nossa expectativa de 0,5% e ainda mais abaixo do consenso de mercado (+0,9%). Na comparação anual, em relação a março de 2018, o comércio recuou 4,5%, interrompendo a sequência de sete altas e registrando a maior queda desde dezembro de 2016 (-4,9%). Com isso, o setor encerrou o primeiro trimestre do ano com alta de 0,2% ante o quarto trimestre de 2018. Na mesma direção, o comércio varejista ampliado avançou 1,1%, próximo da nossa estimativa (+1,2%) e pior do que o consenso (+1,6%), refletindo a alta das vendas de Veículos, motocicletas, parte e peças (+4,5%) e de Material para construção (+2,1%). Em relação a março de 2018, o crescimento do comércio ampliado recuou 3,4%, marcando a primeira variação negativa desde abril de 2017 (-0,6%). O resultado de março revela uma atividade econômica virtualmente estagnada no 1º trimestre, o que coloca viés de baixa em relação à nossa projeção de crescimento de 0,1% do PIB para os primeiros três meses do ano. Entendemos que a recente piora de alguns fundamentos, os maiores desafios políticos em relação ao encaminhamento da Reforma da Previdência e a persistente incerteza devem limitar um crescimento mais robusto no curto prazo. Em março, três das oito atividades do comércio varejista registraram variações positivas: Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (2,9%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (1,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,7%); Por outro lado, contribuíram negativamente para o resultado do período: Livros, jornais, revistas e papelaria (-4,1%), Tecidos, vestuário e calçados (-2,5%), Combustíveis e lubrificantes (-0,8%) Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,4%) e Móveis e eletrodomésticos (-0,1%). **CONTAS EXTERNAS** Em abril de 2019, o déficit em transações correntes totalizou US\$62 milhões, praticamente o mesmo resultado ocorrido em abril de 2018, US\$61 milhões. Houve ligeiro aumento no superávit comercial, de US\$5,4 bilhões para US\$5,5 bilhões, e pequeno recuo no déficit de renda primária, de US\$3,0 bilhões para US\$2,9 bilhões. Por outro lado, o déficit nas contas de serviços aumentou de US\$2,7 bilhões para US\$3,0 bilhões. O déficit em transações correntes nos doze meses

encerrados em abril de 2019 somou US\$13,7 bilhões (0,73% do PIB), resultado igual ao observado no mês anterior. Os investimentos diretos no país (IDP) somaram ingressos líquidos de US\$7,0 bilhões no mês (US\$5,0 bilhões em participação no capital e US\$2,0 bilhões em operações intercompanhia) ante US\$3,0 bilhões ocorridos em abril de 2018. Nos doze meses encerrados em abril de 2019, os ingressos líquidos de IDP totalizaram US\$92,5 bilhões, equivalentes a 4,96% do PIB, o maior percentual desde maio de 2001. No primeiro quadrimestre de 2019, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$28,1 bilhões, 17,5% superiores àqueles observados em mesmo período de 2018, US\$23,9 bilhões. No mês, as saídas líquidas de investimentos em ações, fundos de investimento e títulos de dívida negociados no mercado doméstico somaram US\$547 milhões, acumulando ingressos líquidos de US\$10,0 bilhões em 2019, até abril, após saídas líquidas US\$12,0 bilhões no ano de 2018. Nos doze meses encerrados em abril de 2019, as saídas líquidas atingiram US\$10,3 bilhões. O estoque de reservas internacionais atingiu US\$383,8 bilhões em abril de 2019, correspondendo a 349% da dívida externa de curto prazo residual (exceto operações intercompanhia e títulos de dívida negociados no mercado doméstico).

INFLAÇÃO Depois de ter acelerado nos quatro primeiros meses do ano, o IPCA-15 recuou de 0,72% em abril para 0,35% na leitura de maio, alinhado às nossas expectativas (0,33%) e abaixo da mediana dos analistas (0,41%). Ainda assim, no acumulado em 12 meses a variação passou de 4,71% para 4,93%, a mais alta desde fevereiro/17. Os destaques do resultado de maio ficaram por conta do grupo Alimentação (desaceleração de 0,92% para 0,00%), Artigos de Residência (-0,36%, ante 0,41% em abril) e Transportes (de 1,31% para 0,65%). No que concerne à inflação subjacente, que segue contida, cabe ressaltar a importante desaceleração percebida no preços dos serviços (de 0,24% para 0,03%) e o recuo no índice de difusão, indicador que mede o percentual de itens em elevação na cesta, de 63,0% para 48,2%. Assim, continuamos avaliando que não deverão surgir pressões inflacionárias ao longo dos próximos meses. Os preços livres ficaram praticamente estáveis em maio (0,05%), ante um avanço de 0,63% na leitura anterior. Ainda assim, a variação em 12 meses avançou de 4,14% para 4,28%. Os preços administrados, por seu turno, depois de subirem 1,02% em abril, apresentaram nova alta em maio (1,21%) - gasolina com 3,29%, planos de saúde com 0,80% e energia elétrica subindo 0,72% foram os principais destaques -, o que levou a variação acumulada em 12 meses de 6,40% para 6,85%; Os preços dos serviços desaceleraram novamente na presente leitura: de 0,24% para 0,03%, principalmente como resultado da queda de 21,8% nos preços das passagens aéreas (que contribuiu com -0,26p.p. para o resultado). Apesar desse resultado, a variação acumulada em doze meses passou de 3,83% para 4,06%. Por fim, a inflação de

serviços subjacente - que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica – avançou de 0,21% para 0,45%; No que concerne aos índices de difusão, que medem o percentual de itens em alta na cesta, houve aceleração. O indicador geral passou de 63,0% para 48,2% e, quando o grupo Alimentação é excluído da análise, houve recuo de 63,0% para 53,1%; Por fim, a média dos núcleos cedeu na presente leitura de 0,42% para 0,27%, enquanto a variação em doze meses passou de 3,61% para 3,77%, ainda bem abaixo da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (4,25%). Pelo lado da inflação no atacado, o IGP-M desacelerou de 1,26% em março para 0,92% em abril. O resultado, que ficou acima das nossas expectativas (0,75%), mas praticamente alinhado ao consenso dos analistas (0,92%), levou a variação em 12 meses de 8,27% para 8,64%. A alta dos preços no atacado foi de 1,07%, ante 1,67% na leitura passada, em resposta ao desempenho dos produtos agropecuários (de 3,90% para 0,45%), já que os preços dos produtos industriais aceleraram de 0,93% para 1,28% - desempenho explicado pelo aumento de 5,35% no preço do minério de ferro e de 2,67% nos produtos derivados de petróleo. No que concerne ao índice de preços ao consumidor (IPC), houve nova aceleração da inflação em abril (de 0,58% para 0,69%), com seis dos oito itens do índice registrando variação positiva de preços. Por fim, cabe destacar que, fruto da elevada capacidade ociosa e ainda limitada demanda final, a inflação nas cadeias mais próximas ao varejo segue contida. Embora a variação acumulada em doze meses dos Bens de Consumo Não Duráveis exceto alimentação e combustíveis tenha passado de 3,77% para 4,02%, esse resultado decorreu principalmente do subgrupo medicamentos, que tem aumento anual em abril. Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IPA avançou 1,07% em abril ante 1,67% em março. Contribuíram para esse resultado a variação de 0,45% (3,90% em março) do IPA Agrícola e de 1,28% do IPA-Industrial (0,93% na leitura anterior). Com relação a este último, cabe destacar a alta de 5,35% no minério de ferro e de 2,67% nos produtos derivados de petróleo; Por estágio de processamento, no segmento “Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis”, a variação mensal acelerou de 0,17% para 0,52%, levando a variação acumulada em 12 meses de 3,77% para 4,02%. Os preços dos “Bens de consumo duráveis” ficaram estáveis em abril (0,02%); em doze meses, passaram a acumular alta de 3,41%, ante 3,34%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento “materiais para a manufatura” apresentaram alta de 0,39% (-0,02% em março), com a variação acumulada em doze meses recuando de 6,90% para 6,76%. Por fim, no segmento “matérias primas brutas agropecuárias”, a presente leitura trouxe inflação de 0,37% nos preços em abril (ante 2,39% em março), e dessa forma a variação em 12 meses recuou de 8,31% para 5,78%; A inflação ao

consumidor (IPC) acelerou de 0,58% para 0,69%. Destaque para os grupos Vestuário (de 0,38% para 1,11%) e Transportes (de 0,82% para 1,06%). Das oito categorias acompanhadas, seis mostraram avanço de preços no mês. **MERCADO DE TRABALHO** Segundo dados do IBGE, a taxa de desocupação (PNAD Contínua) ficou em 12,7% no trimestre móvel encerrado em março, alta de 1,1p.p. em relação ao trimestre encerrado em dezembro. Com ajuste sazonal, a taxa permaneceu no elevado patamar de 12,0%. Na mesma direção, a criação de empregos formais, o Caged, vem mostrando importante desaceleração. Em março foram destruídas 43 mil vagas formais; com ajuste sazonal, a destruição de vagas foi de 47 mil, levando a média móvel de 3 meses passado de +55 mil para +23 mil. **CONTAS PÚBLICAS** O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$6,6 bilhões em abril, comparativamente a superávit de R\$2,9 bilhões no mesmo mês do ano anterior. No Governo Central e nos governos regionais houve superávits de R\$6,1 bilhões e R\$731 milhões, respectivamente, e nas empresas estatais, déficit de R\$227 milhões. Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$34,7 bilhões em abril, comparativamente a R\$29,7 bilhões no mesmo mês de 2018. No acumulado em 12 meses, os juros nominais atingiram R\$389,5 bilhões (5,60% do PIB), ante R\$380,9 bilhões (5,73% do PIB) no acumulado dos 12 meses encerrados em abril do ano anterior. O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$28 bilhões em abril. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$485,1 bilhões (6,98% do PIB), reduzindo-se 0,02 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado registrado em março de 2019. **DÍVIDA PÚBLICA** A DLSP alcançou R\$3.769,7 bilhões em abril, 54,2% do PIB, reduzindo-se 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. Esse resultado refletiu, sobretudo, a incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), o superávit primário (redução de 0,1 p.p.), o crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.) e o efeito da desvalorização cambial de 1,2% no mês (redução de 0,2 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB aumentou 0,1 p.p., influenciada pela incorporação de juros nominais (aumento de 1,9 p.p.), pelo superávit primário (redução de 0,3 p.p.), pelo efeito da desvalorização cambial de 1,8% acumulada no ano (redução de 0,3 p.p.), pelo ajuste de paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.) e pelo crescimento do PIB nominal (redução de 1,0 p.p.). A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – alcançou R\$5.479,6 bilhões em abril, equivalente a 78,8% do PIB, 0,3 p.p. acima do percentual registrado em março. Contribuíram para essa evolução as emissões líquidas de dívida do governo geral (aumento de 0,1 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), o efeito da desvalorização cambial (aumento de 0,1 p.p.) e o

crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, houve crescimento de 1,6 p.p. na relação DBGG/PIB, decorrente, em especial, da incorporação de juros (aumento de 2,1 p.p.), de emissões líquidas de dívida do governo geral (aumento de 0,9 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 1,4 p.p.).

M E R C A D O S - B O L S A - A Bolsa de Valores de São Paulo encerrou o mês de maio com leve alta de 0,70%, aos 97.030 pontos. No ano, o índice Ibovespa acumula ganhos de 10,40%. Já em 12 meses, a alta é de 26,42%. O desempenho da Bolsa doméstica descolou-se do exterior, onde as principais bolsas dos países desenvolvidos e emergentes mostraram importantes perdas. No exterior, as bolsas encerraram o mês majoritariamente em queda. A principal influência, determinante para o movimento, foi o aumento das tensões comerciais entre os EUA e a China e entre os EUA e o México, o que levou a uma forte elevação incerteza e da aversão ao risco global. O presidente dos EUA, Donald Trump, decidiu aumentar as tarifas de importação de produtos chineses, dificultando ainda mais a obtenção de um acordo comercial entre os dois países. Posteriormente a este anúncio, a China decidiu retaliar, com adicional taxação sobre US\$60 bilhões de exportações dos EUA para o país. Além disso, ao final do mês, a Casa Branca anunciou taxação de 5% dos produtos importados do México, percentual que poderá alcançar 25% até outubro caso o país não tome medidas quanto à questão da imigração ilegal para os EUA. Por sua vez, na política monetária, a reunião do Fed – que não referendou a hipótese de corte nos fed funds – contribuiu em parte para a queda dos mercados. Nesse ambiente, o índice VIX de aversão ao risco encerrou o mês com forte alta de 5,6 pontos, a 18,7. Nos EUA, o índice S&P500 da Bolsa de Valores de Nova Iorque fechou com fortes perdas de 6,6%. Na Europa, o índice Stoxx 50 caiu 6,7%. Entre os emergentes, a queda foi ainda maior, acentuada pelo importante recuo do preço do petróleo (-11,4%) e das commodities metálicas (o CRB metais caiu 6,9%). O índice MSCI emergentes encerrou o mês com - 7,53%. Internamente, a agenda econômica atuou contra o desempenho dos papéis. A maior parte dos dados econômicos continuou mostrando fraqueza e sugerindo lenta recuperação. No âmbito político, o noticiário contribuiu para trazer bastante volatilidade no mês, ora exibindo uma maior dificuldade do Governo nas relações com o Congresso, ora trazendo notícias de arrefecimento das tensões políticas e sugerindo que a Reforma da Previdência pode avançar mais rapidamente. Ao final, a perspectiva cada vez mais presente no mercado de que a taxa Selic pode cair adicionalmente acabou favorecendo a renda variável, mesmo com o prêmio de risco tendo subido para o maior patamar desde dezembro/18.

CÂMBIO O Real encerrou o mês de maio com ligeira valorização de 0,12% ante o Dólar, a R\$3,94. No ano, a moeda doméstica exhibe depreciação de 1,70%. Já em 12 meses, a depreciação é de 5,45%. No exterior, a aversão ao risco subiu de

modo importante, influenciada pelo mais novo capítulo da guerra comercial entre os EUA e a China, que anunciaram, ambos, aumento adicional de tarifas à importação de produtos ao longo do mês, que levou a um aumento da incerteza global. Posteriormente, ao final do mês, o governo dos EUA anunciou medidas protecionistas contra o México, prejudicando ainda mais a aversão ao risco. Por sua vez, o comunicado do Federal Reserve, após sua última reunião realizada no início do mês, não trouxe consigo sinais que referendassem a hipótese de corte nas taxas de juros no curto prazo, o que frustrou parte do mercado e colaborou para o fortalecimento do dólar globalmente. Nesse ambiente, o índice DXY encerrou o mês com alta de 0,28%. Ademais, perante uma cesta de moedas emergentes, o dólar mostrou valorização de 1,64%. No Brasil, apesar da elevada incerteza quanto ao encaminhamento das Reformas e da relação do Executivo com o Congresso, o noticiário do mês aparentemente revelou uma redução nas tensões políticas, o que cooperou para o ambiente mais favorável em relação à aprovação da Reforma da Previdência. Apesar disso, o prêmio de risco subiu no mês, atuando contra o Real, o que, somado à fraqueza da atividade econômica, pesaram contra o desempenho da moeda, limitando os ganhos. **JUROS** - As taxas de juros domésticas encerraram o mês de maio com expressiva queda, tanto no segmento longo quanto no segmento curto da estrutura a termo. Em relação à parte curta da curva, a agenda de atividade econômica mostrou fraqueza. Tal fato, aliado ao comunicado da decisão do Copom – que destacou que o risco de a fraca atividade econômica gerar uma inflação abaixo da meta aumentou na margem – contribuiu para o fechamento dos contratos curtos de juros futuros. Além disso, o comportamento benigno da inflação subjacente – traduzido no patamar favorável dos núcleos do IPCA – colaboraram para esta percepção. Já no segmento longo, o aumento das disputas comerciais entre os EUA e a China, além de outras regiões do mundo, trouxeram consigo uma considerável elevação da aversão ao risco internacional, prejudicando os mercados de risco na maior parte dos países. A nova rodada de tensões comerciais elevou o risco de que a economia global passe por mais uma rodada de enfraquecimento, movimento que atuou para reduzir as taxas de juros no exterior. Tal redução acabou impactando o comportamento das taxas longas nos emergentes, entre eles o Brasil. Por outro lado, internamente, o noticiário político incerto aparentemente trouxe consigo alguma melhora na percepção quanto ao ambiente para a aprovação da Reforma da Previdência. Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em janeiro de 2020 encerrou o último dia do mês com taxa de 6,28% (de 6,50% do mês anterior); o vencimento janeiro/2021 projetava 6,49% (de 7,12%); o vencimento janeiro/2023 encerrou com taxa de 7,55% (de 8,22% no último dia do mês anterior); e o vencimento janeiro/2025

encerrou com taxa de 8,13% (de 8,74%). **ECONOMIA INTERNACIONAL** - Crescimento

No que tange ao crescimento nos EUA, o principal dado, as vendas ao varejo de abril, desapontou o indicador cedeu 0,2% (consenso +0,2%), enquanto que o núcleo permaneceu estável. Todavia, os dados do mês anterior foram revistos para cima: o cheio passou de 1,6% para 1,7%, e o núcleo de 1,0% para 1,1%. Ainda pelo lado mais fraco, a produção da indústria ficou em campo negativo em abril, com queda de 0,5% (consenso 0,0%). Por seu turno, a 2ª prévia do PIB do 1º tri/19 foi revista de 3,2% para 3,1%. No campo do consumo, a renda e os gastos nominais avançaram 0,5% e 0,3% em abril e superaram os consensos de 0,3% e 0,2%, respectivamente. Ao mesmo tempo, os gastos reais permaneceram estáveis, em linha com o esperado, Por sua vez, os dados do setor imobiliário vieram em sua maioria positivos. Pelo lado das pesquisas de atividade, o Empire e o Philly Fed – pesquisas da indústria do FED de NY e da Filadélfia – subiram de 10,1 para 17,8 e de 8,5 para 16,6, respectivamente, mas os seus detalhes foram menos otimistas. Por sua vez, o PMI da indústria cedeu de 52,6 para 50,6 (consenso 52,6), ao passo que o dos serviços recuou de 53,0 para 50,9 (consenso 53,5): as vendas de casas existentes caíram 0,4% (consenso +2,7%), enquanto que as vendas de casas novas recuaram 6,9% (consenso -2,5%). No campo das confianças, os dados vieram bem mais positivos: o NFIB – do pequeno empresário – subiu de 101,8 de março para 103,5 em abril, ao passo em que a prévia de maio da confiança do consumidor da Universidade de Michigan passou para 102,4, ante 97,2 de abril. No tocante à confiança do consumidor, as pesquisas mostraram altas adicionais entre abril e maio: i) a do Conference Board de 129,2 para 134,1 (consenso 130,0. Inflação O núcleo da inflação americana de abril mensurada pelo CPI veio novamente abaixo do esperado (0,14%, ante consenso de 0,20%), com o indicador cheio apresentando alta de 0,3% (consenso 0,4%). Na variação anual, o núcleo do CPI passou de 2,04% para 2,07% (consenso 2,1%). Assim como no mês passado, o destaque foi a nova queda da categoria de bens, cuja variação mensal (- 0,34%) foi impactada pelos itens vestuário (-0,76%) e veículos usados (-1,31%), que acabaram por contribuir negativamente com -0,02p.p. e -0,03p.p., respectivamente. Por outro lado, o núcleo dos serviços (0,29%) seguiu bem mais firme e voltou a avançar em 12 meses de 2,74% para 2,83%, mas ainda em ritmo confortável. O destaque foi Habitação, com alta de 0,39%. Ao mesmo tempo, indicadores alternativos para a inflação sustentaram patamares acima do núcleo do CPI no acumulado em 12 meses: o Median CPI saiu de 2,85% para 2,80%; o 16%-trimmed mean CPI de 2,28% para 2,27%; e o sticky-price core CPI continuou em 2,4%. Por fim, o item energia ganhou mais 2,9% no mês e impulsionou o CPI de 1,86% para 2,00%. Por fim, após meses de enfraquecimento, a inflação ao consumidor do PCE – indicador preferido pelo FED –

apresentou números mais consistentes em abril: o seu núcleo avançou 0,25% no mês e de 1,49% para 1,56% na variação anual. Juros Em reunião no início do mês de maio, o Banco Central americano (FED) manteve os juros nos atuais patamares (entre 2,25% e 2,50%) e o discurso corrente que enfatiza “paciência” na condução da política monetária. No comunicado, embora reconhecendo a perda de ritmo ante o ano anterior, o Comitê classificou o crescimento econômico americano como saudável e o mercado de trabalho como sólido. No tocante ao quadro inflacionário, houve menção ao fato de que os preços caíram a um nível abaixo de 2%. Entretanto – e mais relevante –, o presidente do FED, Jerome Powell, afirmou na entrevista posterior à reunião que o recuo dos preços aos atuais patamares se deve a fatores transitórios e que não há indicações fortes para alterações nos fed funds, não endossando a tese de cortes preventivos de juros (“insurance cuts”), conforme precificado na curva futura americana. Mercado de Trabalho O Relatório de Emprego de abril revelou uma criação de vagas bem acima do esperado na economia americana, reforçando a hipótese de que o mercado segue firme e em sólida expansão: i) abriram-se 263 mil novos postos no período (consenso 190 mil), enquanto que os meses anteriores foram revistos em +16 mil; por conseguinte, ii) as médias trimestral e semestral (169 mil e 207 mil, respectivamente) seguiram acima do estimado para a estabilidade da taxa de desemprego (115 mil); iii) a taxa de desemprego recuou para 3,6% (consenso 3,8%), a mais baixa desde 1969, fruto da diminuição da taxa de participação de 63,0% para 62,8%; e, por fim, iv) os salários subiram menos que o esperado no mês (+0,22%, ante consenso de +0,3%), mas com revisão para cima no dado anterior (+0,1% para +0,2%) e variação anual estável (3,2%).

ZONA DO EURO – Crescimento - Na Zona do Euro, a agenda macro foi neutra. A 2ª leitura do PIB da Zona Euro do 2º tri ficou inalterada, com crescimento trimestral de 0,4% e 1,2% na comparação anual. Na Alemanha, a 1ª prévia do PIB do 2º tri revelou que a economia cresceu 0,4% ante 0,0% no 4º tri/18, puxada pelo consumo e gastos de construção. Já a produção industrial de março (-0,3%) continuou em campo negativo, após recuar 0,1% em fevereiro; na comparação anual, a queda foi de 0,6%, ante 0,0% no dado anterior. Já as vendas ao varejo ficaram estáveis em março (consenso -0,1%), após alta de 0,5% em fevereiro. Por sua vez, na Alemanha, a produção industrial surpreendeu positivamente e subiu mais 0,5% em março (consenso -0,5%), após alta de 0,4% em fevereiro, enquanto as vendas no varejo caíram 2,0% em abril (consenso 0,1%), após estabilidade em março. Entre as pesquisas de atividade, as prévias dos PMI’s de maio desapontaram: o da manufatura cedeu de 47,9 para 47,7, ao mesmo tempo que o dos serviços recuou de 52,8 para 52,5. No campo da confiança, a prévia do consumidor passou de -7,3 em abril para -6,5 em maio (consenso -7,7). Já a confiança na economia subiu

de 103,9 em abril para 105,1 em maio (consenso 104,0), após passar vários meses em queda; a do setor industrial passou de -4,3 para - 2,9 (consenso -4,3), ao mesmo tempo em que a de serviços aumentou de 11,8 para 12,2 (consenso 11,0). Por sua vez, o Sentix – indicador que mede a confiança do investidor – seguiu melhorando pelo terceiro mês consecutivo e agora voltou ao campo positivo, ao passar de -0,3 em abril para 5,3 em maio (consenso 1,2).

INFLAÇÃO - No tocante à inflação, a leitura final do consumidor de abril ficou praticamente inalterada em relação à prévia: o CPI cheio subiu de 1,4% em março para 1,7% em abril, ao mesmo tempo que o núcleo passou de 0,8% para 1,3%. **JUROS** - A ata do BCE revelou que os dirigentes estão divididos em relação às condições das novas linhas de refinanciamento de longo prazo direcionadas para os bancos (TLTRO-III), que estão previstas para iniciar em setembro. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO. 3.1. FPREV**

EXECUTIVO: No cenário interno o norteador para os investimentos ainda é a Reforma da Previdência. Nos últimos dias, observa-se uma maior aceitação por parte do Congresso Nacional em aprová-la, visto que tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal os presidentes das duas casas já afirmam ter os votos necessários para aprovação. Além disso, outro fator importante no ambiente interno é o crescimento fraco da economia brasileira esperado para o final de 2019, conforme divulgado pelo Relatório Focus do dia 14/06/2019, o qual registra a 16ª queda consecutiva do indicador do PIB, indicando que para o final de 2019 deverá encerrar em 0,97%, ante 2,20% estipulado no início do ano, confirmando o nível fraco da economia brasileira. O IPCA, índice oficial que mede a inflação brasileira, apresenta redução para o final do corrente ano, de acordo com o Relatório Focus, a expectativa dos economistas é de 3,82%, abaixo da meta de 4,25%, fixada pelo Banco Central do Brasil. Diante desses fatos, o mercado já precifica cortes na Taxa Selic, passando de 6,5% para 5,75% para o fim de 2019, cenário esse inimaginável até o primeiro trimestre do ano, porém, já existem especialistas no mercado que apostam em uma taxa de 5,00% para o fim deste ano. De qualquer forma, o que se vê é probabilidade enorme de cortes na Taxa Selic. No cenário externo, a reunião do FED de junho/2019 aumentou a possibilidade de corte da Taxa de Juros dos Estados Unidos nos próximos meses do presente ano, tal medida está alinhada com as perspectivas de desaceleração das economias mundiais. Com relação a guerra comercial entre Estados Unidos e China, o mercado espera que os países possam retornar a discussão comercial no G20 e procurar encerrar o conflito comercial entre os países. Na Europa, o afrouxamento da política monetária está a caminho, conforme discurso feito pelo presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, caso a inflação na zona do euro continue abaixo da meta de 2,00%, como a registrada em maio/19, que ficou em 1,20%. Diante desse cenário de afrouxamento monetário dos Estados

Unidos e Europa, os países emergentes podem se beneficiar, pois eles seriam o destino dos recursos das principais economias do mundo que procuram ativos mais arriscados e com retornos maiores, portanto, o Brasil é um dos candidatos a receber tais recursos, mas deverá realizar as reformas necessárias e esperadas pelos investidores externos. Assim, o Comitê deve considerar os dois segmentos de aplicação: Renda Fixa e Renda Variável, sendo que para Renda Fixa, o ideal é continuar buscando Fundos de Investimentos que possuam Gestão Ativa e fundos atrelados aos Índices Anbima de maior *duration*, os quais apresentam melhores retornos em momentos de manutenção ou queda da Taxa Selic, a estratégia visa a possibilidade de se obter retornos acima do índice no Longo Prazo, enquanto que, para Renda Variável, a exposição se torna essencial nesse momento de grande possibilidade de corte da Taxa Selic, pois os fundos menos arriscados (com benchmark em CDI e IRF-M1) apresentam retornos bem inferiores a Meta Atuarial que se projeta para o fim de 2019 em torno de 10,08% - conforme Relatório Focus de 14/06/2019, o IPCA projetado para o final 2019 é de 3,84%, somando com mais 6,00% de juros – forçando os RPPS a uma exposição maior de seus recursos em Renda Variável, esse movimento, por si só, já elevaria os ganhos do Ibovespa. Atualmente a exposição da Carteira de Fundos da AMAZONPREV em fundos de Renda Variável é de aproximadamente de 7,50% do total de recursos, valor considerado baixo para gerar um impacto no retorno da carteira total da AMAZONPREV, visto que o ideal seria em torno de 18% a 25% do total de recursos da Fundação AMAZONPREV estarem alocados em fundos de ações. Desta forma, o comitê sugere. **a) Novos Recursos:** deverão ser rateados entre os fundos Itaú Ações Dunamis FIC, Icatu Vanguarda Dividendos FIA e BTG Absoluto Institucional FIQ FIA. **b) Fundos de Curto Prazo.** Manter, regularmente, saldo de aplicação no **fundo Bradesco Maxi Poder Público** no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina, incluindo folha de pagamento de aposentados e pensionistas do FPREV. **c) ICATU VANGUARDA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA INFLAÇÃO CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO:** Migrar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do Fundo Bradesco DI Premium para o fundo Crédito Privado Icatu. Tal estratégia visa obter retornos maiores que fundos atrelados ao CDI. **3.2. FPREV ALE:** **a) Novos Recursos:** ratear entre os fundos Caixa Gestão Estratégica e Itaú Alocação Dinâmica, buscando obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses produtos, conforme recomendado pelo senhor Marcos de Souza. Na oportunidade foi comentado pelo Sr. Alan a possibilidade de revisão dessa estratégia pelos representantes da ALE, devido a oportunidade de melhores resultados em Renda Variável. O sr. Marcos deverá discutir com o Sr. Bruno se essa

estratégia será mantida para o próximo mês. **3.3 FFIN/EXECUTIVO, FFIN/ALE e FFIN/DPE:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. **3.4. COMPREV.** O Comitê migrar os recursos aplicados no fundo Bradesco IRFM 1 Títulos Públicos, para o fundo Bradesco Alocação Dinâmica, devido a necessidade de ajustar a carteira da Amazonprev ao Cenário atual para a Renda Fixa, aproveitando a possibilidade de maior rentabilidade desse produto no Longo Prazo. Além disso, faz-se necessário também, manter os recursos da Amazonprev Enquadrados à Legislação, onde já é sabido que o fundo Bradesco IRF M1 está com Patrimônio Líquido reduzido; **3.5. Recursos da Taxa de ADM:** Direcionar os recursos para o fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando assim sua aplicação para o custeio administrativo da Amazonprev. **3.6. Outros Poderes – TCE, TJAM e MPE:** **a) Novos recursos:** Devido à necessidade de manter enquadrados os recursos da Amazonprev, os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para os fundos Caixa IRF Brasil M1 e BB Previdenciário IRF M1, somente para os recursos do TCE e TJ. **b) MPE FPREV.** O Sr. Alan comentou que os recursos estão alocados nos fundos Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica e Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, já próximo do limite permitido pela Legislação. Devido a necessidade de cautela para manter o enquadramento das aplicações, foi sugerido migrar 50% desses recursos para o fundo BB Previdenciário IDKA 2, sendo necessário abertura de nova conta corrente para receber esses recursos, possibilitando inclusive direcionar para novos produtos de investimentos, e em linha com a Política da instituição. Todos foram de acordo, de forma a garantir o melhor retorno no Longo Prazo acima do CDI. **3.7 DPE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev. **3.8. TJ/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se a posição em 14/06/2019: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,508 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,814 bilhões, incluído R\$ 5,064 milhões de recursos da Defensoria FPREV, que passaram a ser registrados separadamente do Executivo; TPF: R\$ 617,805 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 13,205 milhões; Imóveis: R\$ 62,060 milhões e Disponibilidade Financeira: R\$ 664.023,93. **FPREV ALE:** Fundos de Investimento: R\$ 8,902 milhões; TPF: R\$ 2,098

milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM: FI: R\$ 113.070 milhões. Total de Recursos da Amazonprev: R\$ 5,271 bilhões**

5. NOVA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: Publicada a Portaria Amazonprev nº. 286/2019, em 24/05/2019, alterando a composição do comitê de investimento, passando de 03 para 05 membros titulares para o Poder Executivo. As duas novas vagas foram preenchidas pelos servidores: Andreza de Souza Silva e Claudinei Soares. Na oportunidade, o sr. Alan registrou que a partir dessa competência os membros do Comitê, que estiverem presente na Reunião Ordinária assinando em conjunto com os demais membros, passarão a receber Gratificação Temporária, conforme Lei Complementar nº. 194/2019, que era importante a participação efetiva dos membros, principalmente dos membros efetivos. Que os suplentes, apesar de serem convocados na ausência do membro efetivo, é permitida a participação como convidado. A respeito desse tema, os membros foram de acordo de que, como os membros suplentes participam das reuniões e dividem a responsabilidade das decisões com os demais, então, a Gratificação deve ser estendida a todos os participantes, ou então, que seja revisto a Composição do Comitê excluindo membros suplentes.

6. LEI 13.846/2019: O Sr. Alan registrou que a Presidência da República estava sancionando a Lei nº. 13.846/2019 que trata de combate a fraudes no INSS, dentre outros, mas que também altera o art. 8º da Lei 9.717/98, destacando: Que os responsáveis pelo poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo RPPS e os membros dos seus conselhos e comitês responde diretamente por infração ao disposto na Lei; que são também responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo RPPS; que os dirigentes do ente e da unidade gestora e os demais responsáveis pelas ações de investimentos e aplicações dos recursos, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa; que os dirigentes do RPPS deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: **I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade** previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar; **II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;** III – possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; IV - ter formação

superior. Parágrafo único. **Os requisitos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo, fiscal e do comitê de investimentos do RPPS.** E que esses termos aumentam ainda a responsabilidade de todos os responsáveis pelos recursos da Amazonprev, por esse motivo a exigência de Certificação mínima na área de investimentos. E que o prazo para sanção era 26/06/2019, com vigência a partir da data de publicação. Para efeito de registro, o sr. Claudinei ressalta que os membros sem Certificação já iniciaram o Processo junto à ANBIMA para o CPA 10, as inscrições já foram realizadas, e que os exames já estavam sendo programados. Referente a essa exigência legal, o Sr. Alan informa que os critérios para escolha dos membros do Comitê, e que constarão do Manual e Regimento Interno, contemplará a exigência de Certificação mínima, inclusive para os suplentes.

7. DELIBERAÇÃO SUPERIOR. Foi registrado que as sugestões apresentadas na Ata COMIV 151/2019 foram aprovadas pela Diretoria em 07/06/2019, no entanto, não foram integralmente processadas devido a substituição na Diretoria de Administração e Finanças, sendo necessário atualizar o cadastro da Amazonprev junto às instituições financeiras, devendo ser concluídas assim que o processo de atualização de cadastro for concluído.

8. PRÓ GESTÃO. Registrado que para atender ao Pró Gestão, foi iniciado o processo de elaboração de Limites de Alçadas para os investimentos e o Manual do Comitê de Investimentos. Esses documentos devem estabelecer, dentre outros, as orientações para elaboração da Política, Credenciamento, Movimentações, além de definir responsabilidades e limites para movimentação financeira. Os registros do Manual e Limite de Alçadas deverão estar previstos no Regimento Interno da instituição, inclusive a alteração da composição dos membros do Comitê. Os documentos serão apreciados e Deliberados pela Diretoria em reunião do CODIR.

9. DESENQUADRAMENTO. Informado que o fundo Bradesco IRFM 1 Títulos Públicos ficou desenquadrado ao art. 14 da Resolução CMN 3.922/2010, que estabelece o limite de 15% do PL do fundo para aplicação dos recursos do RPPS, os recursos da Amazonprev aplicados no fundo ultrapassaram em 0,11% do limite. Trata-se de desenquadramento passivo, o banco Bradesco já encaminhou email informando da situação, confirmando que a Amazonrev não realizou novas aplicações no fundo, para ser apresentado no CADPREV, e que não deve haver implicação uma vez que desenquadramentos passivos são previstos e permitidos até 120 (cento e vinte) dias após ocorrido.

10. NOVOS PRODUTOS. O banco Bradesco, em apresentação, sugeriu 03 (três) produtos para análise da Amazonprev, e que se enquadram ao Cenário esperado para o próximo período, fundos: Bradesco Selection, Ibovespa Plus e IBR X. O comitê deve analisar até a próxima reunião. Da mesma forma, o Banco do Brasil também realizou apresentação de

Cenário e Estratégia, devendo encaminhar relação de produtos que melhor se adequem ao perfil da Amazonprev e ao tema da apresentação. **11. CRONOGRAMA DE VISITAS DE INSTITUIÇÕES:** O Comitê sugere cronograma de Visitas das Instituições para apresentação de produtos e demais temas relacionados aos investimentos. Devem participar todos os membros do Comitê, além de representantes da Diretoria. Para o mês de julho/2019, estão confirmados, por hora: BTG Pactual, BNP Paribas, Western Asset e Icatu DTVM, conforme documento anexo. O comitê sugere que as visitas estejam sempre registradas na Ata em cronograma para o mês subsequente. **12. FATO RELEVANTE – BANCO SANTANDER.** O banco Santander encaminhou email informando aos Cotistas do fundo Santander FIC Seleção TOP Ações que no período de 17 a 28/06/2019 o fundo estaria aberto para novas aplicações até atingir o limite de PL de 750 milhões. Foi sugerido migrar o valor de até R\$ 58 milhões do fundo Santander Referenciado DI, todos foram de acordo, já que o Cenário atual prevê redução da taxa Selic, além de alta do Ibovespa com aprovação da Reforma da Previdência, conforme já comentado nos itens anteriores. Será encaminhado Memorando à Diretoria informando do registro do banco e sugerindo a operação. **13. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando programada para o dia 12/07/2019, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.

Alan Nascimento
Coordenador

Bruno Costa Novo
Secretário

Leonardo Cavalcanti
Membro

Andreza de Souza
Membro

Claudinei Soares
Membro

Marcos Souza
Membro